

ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006

(Valores expressos em euros)

Actividade económica

A BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, S.A. (Sociedade) foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social actual, e tem por objecto social a aquisição de créditos a curto prazo, mediante a modalidade de factoring, resultantes das vendas directas realizadas pelos seus clientes (Aderentes), assim como a antecipação desses créditos e a prestação de outros serviços próprios desta actividade, nos termos do Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, e dos Avisos nºs 4/91, 1/93 e 10/94 do Ministério das Finanças.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,97% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

1. Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados no exercício anterior. No entanto, por força da aplicação das NCA, a partir de 2006.01.01, foi apurado o montante das comissões de factoring de créditos tomados em 2005, cujo vencimento ocorreu em 2006, com um impacto de 639,542 euros, contabilizado em "Resultados Transitados" por contrapartida de "Receitas com Provento Diferido".
3. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade, em conformidade com os princípios, critérios e normas enunciados no Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, Instrução nº. 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

Handwritten signatures and initials:
lu, [signature], [signature], [signature], jn, [signature]

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2006.12.31, segundo o Fixing do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,3170
GBP	0,6715
JPY	156,93

c) - Imobilizações

Registadas a custo de aquisição, nunca tendo sido objecto de qualquer reavaliação.

d) - Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os saldos devedores e são imputados aos custos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring, os juros são cobrados e registados como proveitos, regra geral semanalmente, sobre o montante adiantado.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

e) - Amortizações

O método utilizado é o das quotas constantes com base nas taxas máximas permitidas para fins fiscais, sempre com respeito pelo determinado no Aviso 9/94, quanto ao regime de duodécimos.

f) - Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

[Handwritten signatures and initials]

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A Sociedade passou a constituir provisão para créditos de cobrança duvidosa, a partir de 2003, por indicação do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é aplicável também à actividade de factoring.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrabilidade dos créditos tomados e juros que se encontram vencidos. O montante a provisionar é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo (Nota 5).

Provisão para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos pela Sociedade (factoring com recurso), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao Sector Público Administrativo.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo (Nota 9).

g) - Férias e subsídio de férias

Foi considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, vencidos e pagáveis no ano de 2007.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

10
3
4
jm
h

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso os valores adiantados aos Aderentes são registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores não financiados registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação tomada que não é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso, com excepção para os casos de exportação sem recurso, em que, de acordo com as normas da Associação Internacional de Empresas de Factoring (FCI) em que a Sociedade se insere, quem assume o risco é a Congénere.

As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº. 28. O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2006 e o movimento ocorrido no exercício findo naquela data é resumido de acordo com o quadro seguinte:

	Saldos em 31 de Dezembro de 2005	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro de 2006
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Activos por impostos diferidos				
Provisões e Imparidade constituídos e não aceites como custo fiscal	427.405	44.155	-	471.560

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

[Handwritten signatures and initials]

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Estas aplicações correspondem a imóveis que vieram à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, sendo apresentadas na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda" (Nota 12).

4. *Inventário da Carteira de Títulos.*

A sociedade não tem carteira de títulos.

5. *Créditos a Clientes*

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	113.072.834	179.109.305	292.182.139

Crédito de Cobrança Duvidosa

Aviso do Banco de Portugal nº 8/2003 – Art.4º nº1 – alínea b)

> 3 meses	6.185.537
Entre 3 e 6 meses	97.569
Entre 6 e 9 meses	183.204
Entre 9 a 12 meses	-
	<u>6.466.310</u>

Provisão para crédito de cobrança duvidosa (119.853)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	6.230.127
Crédito concedido sobre outras entidades:	
> 3 meses	22.505.258
Entre 3 e 6 meses	1.506.181
Entre 6 e 9 meses	752.737
Entre 9 e 12 meses	271.022
> 12 meses	4.598.878
	<u>31.265.325</u>

Créditos Preocupantes e em Contencioso 6.710.859

Provisão para crédito e juros vencidos, preocupantes e em contencioso (6.302.324)

329.202.457

[Handwritten signatures and initials]

De acordo com o artigo 15º nº. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades do Sector Público Administrativo Português e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que ainda não se encontravam vencidos e que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 55.853.726, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".

Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser debitados ao Aderente (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2006, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	24.542.753
De 90 a 180 dias	3.808.142
De 180 a 270 dias	1.664.399
De 270 dias a 1 ano	905.476
Mais de 1 ano	344.556
Contencioso	5.710.859
	<u>36.976.185</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 80% do total dos créditos em carteira nesta data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
. Sem recurso	183.270.330
. Com recurso	125.553.827
	<u>308.824.157</u>

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2006 a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de euros 2.259.693 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos (Nota 9).

Handwritten signatures and initials:
P, R, Jm, COT, d

6. *Débitos para com instituições de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

À vista

Descobertos bancários	52.113
-----------------------	--------

A curto prazo

Hot Money	272.500.000
Desconto de letras	195.297
	<u>272.695.297</u>
	<u>272.747.410</u>

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.

Os montantes dos débitos correspondentes aos "Recursos de Outras Instituições de Crédito" desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	272.747.410
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

7. *Transacções com entidades do Grupo BNP Paribas*

Em 31 de Dezembro de 2006, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

. Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.670.804
. Recursos de outras instituições de crédito	272.747.410
. Outros passivos	201.033
. Passivos subordinados (Nota 8)	7.987.979

Handwritten signatures and initials:
Pv, R, Jm, COT, d

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Comissões Recebidas	5.993
. Juros e encargos similares	8.447.102
. Outras comissões pagas	147.454
. Outros encargos e gastos operacionais	38.459

Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista	52.113
- Até 3 meses	272.695.297
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

8. *Empréstimos Subordinados*

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- *Amortização:*

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

9. *Saldos de Provisões e Imparidade:*

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	250.555		130.702		119.853
Crédito vencido	5.158.644	1.144.765		1.085	6.302.324
Riscos gerais de crédito	2.314.083	-	54.390	-	2.259.693
	7.723.282	1.144.765	185.092	1.085	8.681.870

Imparidade:

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Reforços</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo final</u>
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	<u>500.000</u>			<u>500.000</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" diz respeito à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração em 2002, no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento e que apesar da avaliação efectuada em Setembro de 2005 não refletir essa perda, o mesmo órgão decidiu manter (Nota 12).

10. *Acréscimo e diferimento de proveitos e custos:*

- *Saldos das seguintes contas:*

- Rendimentos a Receber.....	937
- Despesas com Encargo Diferido	51.042
- Outras contas de regularização – Activo	<u>422.552</u>
	<u>474.531</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	201.033
.....	186.735
Por Gastos com o Pessoal	103.913
.....	
De Outros Encargos a Pagar	
.....	
- Receitas com Rendimento Diferido	678.599
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados.....	5.299.442
Diversas Operações a Regularizar...	<u>370.148</u>
	<u>6.839.870</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui um montante de euros 131.037, relativo a um adiantamento efectuado pela Sociedade para a libertação de uma hipoteca de um imóvel por si detido em dação em cumprimento, um montante de euros 118.000 de imposto de selo a debitar aos clientes pelos adiantamentos durante o mês de Dezembro, um montante de aproximadamente euros 49.381, a receber do BNP Paribas – França e 108.931 euros referentes a diversas despesas relativas ao loteamento do terreno da "Turreal".

Handwritten signatures and initials:
P, R, COT, jm, L

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a afectação às facturas respectivas. Este montante foi regularizado, durante os primeiros dias de Janeiro de 2007, por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

A rubrica "Outras Contas de Regularização - Passivo", inclui euros 320.000 relativos a adiantamentos recebidos para a alienação de imóvel resultante de dação em cumprimento (Nota 12).

11. O capital representado por 1.300.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado. Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito era detido em 99,97% pelo BNP Paribas, S.A..

12. Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" do activo e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	<u>2.090.729</u>
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	33.575
- Credores por Contratos de Factoring	20.926.296
- Sector Público Administrativo	<u>235.550</u>
	<u>21.195.421</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Setembro de 2005, por uma empresa independente em euros 2.200.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Esta rubrica inclui ainda, um montante correspondente a um pavilhão recebido de um aderente (Fernanda & José, SA) em dação em cumprimento no montante de euros 365.138, para o qual a Sociedade já recebeu euros 320.000 a título de um contrato promessa de compra e venda desse imóvel.

Handwritten signatures and initials:
R
A
COT
jm
L

13. Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção.....	4
- Enquadramento	5
- Outras funções	21
<i>Total</i>	<u>30</u>

14. Montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização em 2006.

- Conselho de Administração	393.656
- Fiscal Único	27.830

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

15. Montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas semestrais são estabelecidas:

- Activo	400.779
- Passivo	398.829

16. Proveitos por mercados geográficos:

Mercado	Juros	Comissões	Outros Proveitos
Interno	12.017.581	4.254.126	150.879
Externo	-	176.931	-
	12.017.581	4.431.057	150.879

17. Componentes das seguintes rubricas:

- Custos:

- Outros encargos e gastos operacionais	
- Rendas de locação operacional	35.459
- Quotizações	10.000
- Perdas em Operações descontinuadas...	<u>6.950</u>
	<u>52.409</u>

Handwritten signatures and initials at the bottom left of the page.

- Proveitos

- Outros rendimentos e receitas operacionais		
- Reembolso e Despesas	3.602	
- Recuper.Créditos, Juros e Despesas	144.598	
- Ganhos em operações descontinuadas.....	<u>2.766</u>	<u>150.966</u>

18. Empréstimos Subordinados:

- Encargos Imputados	234.621
- Encargos Pagos	223.314

19. Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal e correspondente Derrama de 10%.

Nos termos do Artigo 81º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2001, inclusive, 5 anos após essa data)e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2003 a 2006 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas, tanto mais que o exercício de 2003 já foi objecto de inspecção interna efectuada pelos serviços fiscais, sem que tenha havido qualquer correcção.

20. As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

21. Movimento na situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

	Capital subscrito	Reservas e Res.Transitados			Total	Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres e Imp. Diferidos	Resultados Transitados		
Saldos em 31/12/2005	6.500.000	3.109.881	8.885.513	-	11.995.394	2.922.715
Aplicação do resultado de 2005	-	292.271	-	-	292.271	(292.271)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.868.572)
Gratificações ao pessoal	-	-	-	-	-	(122.330)
Reservas por Imp.Diferidos	-	-	427.405	-	427.405	
Result.Transitados	-	-	-	(639.542)	(639.542)	
Result.Transitados	-	-	-	639.542	639.542	(639.542)
Lucro líquido em 31/12/06	-	-	-	-	-	<u>3.208.643</u>
Saldos em 31/12/2006	6.500.000	3.402.152	9.312.918	-	12.715.070	3.208.643

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

22. Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe da rubrica "Sector Público Administrativo" é como segue:

Saldos Credores

Retenções de impostos sobre o rendimento	19.550
Retenções de imposto de selo	189.643
Imposto sobre rendimento de pessoas colectivas	
- Pagamentos por conta	(917.940)
- Imposto sobre o rendimento	1.244.290
Contribuições para a Segurança Social	26.357

23. Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha compromissos revogáveis referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 190.203.000 Euros.

Porto, 16 de Janeiro de 2007

O Técnico Oficial de Contas



A Administração

